

A GERAÇÃO DIGITAL E OS IMPACTOS NA APRENDIZAGEM ESCOLAR

Silvana Maria Aparecida Viana Santos¹

Ana Paula Cândido Lozorio²

Antônio Danilson da Silva Braga³

Clicia Maria Alencar Ruas⁴

Josyene de Freitas Mendonça Machado⁵

Luce Meire Couto Pereira⁶

Maicon Lopes Ribeiro⁷

Raniele Noronha da Silva⁸

RESUMO: A presente pesquisa discute os impactos provocados pela geração digital nos processos de aprendizagem escolar, com ênfase nas transformações cognitivas e comportamentais causadas pelo uso constante de tecnologias digitais. A partir de uma revisão bibliográfica com abordagem qualitativa, foram analisadas produções científicas recentes obtidas em bases como Google Acadêmico, SciELO, Crossref e Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), com destaque para autores como Alves (2007), Castro Santander (2012), Bertolazzi et al. (2023) e Paula (2023). O objetivo principal é compreender como os hábitos digitais dessa geração, marcada pela hiperconexão e pelo consumo acelerado de informação, afetam a concentração, o rendimento escolar e as relações pedagógicas. A análise aponta que os chamados screenagers desenvolvem formas de interação e aprendizagem que exigem da escola novas estratégias didáticas, pautadas na mediação crítica das tecnologias. A pesquisa evidencia a urgência de incorporar metodologias que valorizem a autoria, a colaboração e a ética digital, sem negligenciar os riscos da exposição contínua às telas. Conclui-se que o enfrentamento desse cenário passa pela escuta ativa e pela reconstrução de vínculos pedagógicos com base em projetos formativos coerentes com a cultura digital contemporânea. 2532

Palavras-chave: Screenagers. Cultura digital. Aprendizagem escolar. Ciberconvivência. Tecnologias educacionais.

¹Doutoranda em Ciências da Educação Facultad Interamericana de Ciencias Sociales (FICS).

²Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação Must University (MUST).

³Mestrando em Tecnologias Emergentes em Educação Must University (MUST).

⁴Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação Must University (MUST).

⁵Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação Must University (MUST).

⁶Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação Must University (MUST).

⁷Mestrando em Tecnologias Emergentes em Educação Must University (MUST).

⁸Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação Must University (MUST).

ABSTRACT: This research discusses the impact of the digital generation on school learning processes, emphasizing the cognitive and behavioral transformations caused by the constant use of digital technologies. Based on a bibliographic review with a qualitative approach, recent scientific publications were analyzed, accessed through databases such as Google Scholar, SciELO, Crossref, and the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD), with emphasis on authors such as Alves (2007), Castro Santander (2012), Bertolazzi et al. (2023), and Paula (2023). The main objective is to understand how the digital habits of this generation—marked by hyperconnection and accelerated information consumption—affect attention, school performance, and pedagogical relationships. The analysis shows that screenagers develop interaction and learning modes that demand new teaching strategies based on critical technological mediation. The study highlights the urgency of incorporating methodologies that promote authorship, collaboration, and digital ethics, without ignoring the risks of continuous screen exposure. It concludes that addressing this context requires active listening and rebuilding pedagogical relationships grounded in educational projects aligned with contemporary digital culture.

Keywords: Screenagers. Digital culture. School learning. Cyber coexistence. Educational technologies.

I INTRODUÇÃO

A emergência de uma geração conectada desde o nascimento redefine os parâmetros da experiência escolar, impondo à educação o desafio de dialogar com sujeitos cuja relação com o saber se estrutura por meio de linguagens digitais, hipertextuais e interativas. A geração 2533 conhecida como screenagers, expressão que funde as palavras "screen" (tela) e "teenagers" (adolescentes), não apenas utiliza tecnologias digitais como ferramentas, mas as integra de forma orgânica aos seus processos de subjetivação, comunicação e aprendizagem (Castro Santander, 2012; Alves, 2007). Tal fenômeno tem provocado descompassos entre os formatos escolares tradicionais e as formas contemporâneas de aprender.

As rotinas escolares, estruturadas em tempos rígidos, disciplinas compartimentadas e práticas expositivas, encontram resistência em estudantes habituados à fluidez dos ambientes digitais. Os modos de atenção, a gestão do tempo e a motivação para o estudo são atravessados pelas experiências imersivas oferecidas por plataformas, redes sociais e dispositivos móveis. Para Bertolazzi et al. (2023), a presença massiva da tecnologia no cotidiano infantojuvenil tem moldado novas maneiras de perceber o mundo, exigindo da escola um esforço de ressignificação do próprio papel formativo.

O problema central que se impõe, portanto, é como a escola pode acolher essa nova configuração geracional sem sucumbir ao tecnicismo ou ao imediatismo. A aprendizagem escolar, entendida como processo que articula conteúdos, sentidos e vínculos, precisa ser

reconstruída à luz dos desafios éticos, cognitivos e pedagógicos impostos pela cultura digital. Nesse contexto, torna-se urgente compreender as dinâmicas da ciberconvivência escolar, os riscos associados ao uso indiscriminado das tecnologias e, sobretudo, as possibilidades formativas que emergem de uma mediação pedagógica crítica (Silva et al., 2023; Paula, 2023).

A presente pesquisa tem como objetivo analisar os impactos da geração digital na aprendizagem escolar, discutindo como os hábitos tecnológicos afetam o engajamento dos estudantes, a organização das práticas educativas e o papel dos professores diante das exigências contemporâneas. O trabalho parte do reconhecimento de que o digital não é um suplemento à educação, mas uma condição constitutiva do presente, o que implica em pensar o currículo, a didática e a gestão escolar sob novos parâmetros.

Para isso, adotou-se uma abordagem qualitativa de revisão bibliográfica, com seleção criteriosa de fontes acadêmicas extraídas de bases como Google Acadêmico, SciELO, Crossref e BDTD. Foram priorizadas publicações entre 2007 e 2025, com destaque para contribuições de Alves (2007), Castro Santander (2012), Bertolazzi et al. (2023), Paula (2023), Silva et al. (2023) e Oliveira (2025). A análise busca compreender como esses estudos apontam para a necessidade de práticas pedagógicas que aliem criticidade, criatividade e diálogo com as culturas juvenis digitais.

2534

A estrutura do texto está organizada em três seções. A primeira aborda as características da geração screenager e suas implicações no contexto escolar. A segunda discute a relação entre tecnologias digitais e aprendizagem, com foco nas tensões e possibilidades pedagógicas. A terceira propõe caminhos para uma mediação docente crítica e ética, capaz de enfrentar os desafios da hiperconectividade e promover aprendizagens significativas. As considerações finais retomam os achados centrais e apontam perspectivas para futuras investigações.

2 Geração Screenager e escola contemporânea

O conceito de screenagers surgiu para nomear a geração nascida a partir dos anos 2000, cuja identidade está profundamente entrelaçada ao uso constante de telas digitais. Essa juventude, como observa Alves (2007, p. 148), “desenvolve modos de ver, sentir e aprender distintos dos moldes convencionais”, operando em lógica de simultaneidade, velocidade e conectividade. Os estudantes que compõem essa geração não diferenciam com nitidez o online do offline, e essa característica se manifesta intensamente no contexto escolar, interferindo nas formas de atenção, memória, raciocínio e motivação para a aprendizagem.

Castro Santander (2012, p. 316) define os screenagers como “nativos do ciberespaço, sujeitos que vivem conectados e que manejam códigos digitais com desenvoltura”, o que provoca um descompasso estrutural entre a escola e os modos de aprendizagem contemporâneos. Se antes o conhecimento era acessado por meio da mediação docente e da leitura linear, hoje os estudantes navegam por múltiplas fontes, nem sempre com critérios sólidos de validação. Isso tensiona o papel da escola como espaço privilegiado da produção e sistematização do saber.

Segundo Paula (2023; Bertolazzi et al., 2023), a escola contemporânea enfrenta uma dupla tarefa: formar sujeitos críticos diante da avalanche informacional e, ao mesmo tempo, integrar práticas que dialoguem com as linguagens e interesses dos estudantes. A presença da tecnologia não pode ser tratada como um inimigo da educação, mas como parte do universo semântico desses sujeitos, o que exige dos educadores novos repertórios metodológicos.

A tensão entre os tempos e espaços escolares e os fluxos digitais não se resolve com a introdução de tablets ou lousas digitais. O desafio é epistemológico e exige da escola um repositionamento frente aos saberes juvenis e às formas de mediação. A geração screenager não se opõe à aprendizagem, mas busca outras formas de significá-la. O papel do professor, nesse cenário, desloca-se da transmissão à escuta ativa, da exposição ao diálogo e da autoridade unilateral à curadoria coletiva. 2535

2.1 Aprendizagem escolar e cultura digital

A cultura digital não apenas introduz novos recursos, mas redefine a noção de aprendizagem. O acesso à informação instantânea, a possibilidade de criar e compartilhar conteúdo e a lógica das redes sociais transformam o modo como os estudantes se relacionam com o conhecimento. Como afirmam Bertolazzi et al. (2023), a aprendizagem escolar passa a competir com experiências digitais que oferecem gratificação imediata, estética envolvente e dinâmicas de participação ativa, o que desafia profundamente os modelos tradicionais de ensino.

No ambiente escolar, as formas clássicas de avaliação, disciplina e motivação muitas vezes se mostram obsoletas diante das novas expectativas cognitivas. Os estudantes, acostumados com interações rápidas e com autonomia na escolha de conteúdos, enfrentam dificuldades em contextos que demandam silêncio, espera e linearidade. Paula (2023) argumenta

que essa incompatibilidade de linguagens gera desinteresse, dispersão e até mesmo evasão escolar, sobretudo quando a escola se nega a revisar suas práticas.

Por outro lado, a cultura digital oferece oportunidades valiosas para a personalização da aprendizagem, a valorização da autoria e a ampliação do repertório midiático. Projetos que envolvem produção de vídeos, podcasts, blogs e jogos educativos têm demonstrado potencial de engajamento quando integrados a objetivos pedagógicos consistentes (Oliveira, 2025; Silva et al., 2023). Nessas experiências, o aluno assume papel ativo na construção do conhecimento, o que fortalece sua autonomia e seu vínculo com o processo educativo.

A transformação das práticas pedagógicas, no entanto, não se limita à adoção de novas ferramentas. Exige uma revisão profunda das concepções de currículo, tempo didático e relação pedagógica. A aprendizagem, nesse novo ecossistema, deixa de ser acumulativa e passa a ser processual, dialógica e conectada com a experiência vivida pelos estudantes. Isso demanda dos professores uma postura investigativa e a disposição para aprender com os próprios alunos.

É nesse ponto que a cultura digital se revela não como obstáculo, mas como provocação epistemológica. A escola que ignora essa dimensão tende a se tornar irrelevante para os sujeitos que deveria formar. Reconhecer a potência da experiência digital, sem abandonar os princípios da formação crítica e da ética do conhecimento, é o caminho para reinventar a aprendizagem no século XXI.

2536

2.2 Ciberconvivência e os desafios da mediação ética

A presença contínua das tecnologias digitais nas escolas reconfigura não apenas os modos de aprender, mas também as formas de convivência. O termo ciberconvivência designa as interações sociais mediadas por dispositivos digitais, que atravessam os muros da escola e afetam diretamente o clima institucional. Para Silva et al. (2023), esse fenômeno traz consigo novos desafios, como o cyberbullying, a exposição excessiva, os conflitos em redes sociais e a desinformação, todos com impacto real na aprendizagem e nas relações escolares.

Essas práticas, muitas vezes invisibilizadas, interferem na autoestima dos estudantes, na confiança dos professores e na segurança do ambiente escolar. Paula (2023; Tibola, 2023) ressalta que a ausência de políticas institucionais claras sobre o uso ético das tecnologias contribui para a banalização de comportamentos prejudiciais. A ciberconvivência, portanto, precisa ser compreendida como um componente curricular, não como um problema administrativo ou disciplinar isolado.

A escola, nesse cenário, assume a responsabilidade de formar sujeitos capazes de agir com responsabilidade no ciberespaço. Isso envolve não apenas o ensino de normas, mas a criação de espaços de escuta, reflexão e construção coletiva de regras. A ética digital não pode ser reduzida a cartilhas normativas, mas deve emergir da vivência compartilhada e da negociação permanente entre os diferentes atores escolares (Bertolazzi et al., 2023).

Para que a mediação ética se efetive, é necessário capacitar professores e gestores para lidar com os conflitos gerados no ambiente digital. Além disso, é fundamental incluir as famílias nesse processo, construindo um pacto educativo que ultrapasse os muros da escola. A educação para a ciberconvivência precisa ser contínua, contextualizada e conectada às vivências dos estudantes.

Quando a escola reconhece o ciberespaço como extensão do espaço escolar, ela amplia sua capacidade formativa e reafirma seu compromisso com a cidadania plena. A mediação ética, nesse sentido, não se opõe ao uso das tecnologias, mas as integra em uma lógica de cuidado, responsabilidade e justiça pedagógica.

2.3 Tecnologias educacionais e o papel docente

A incorporação das tecnologias digitais no cotidiano escolar não substitui a mediação docente, mas exige sua reinvenção. O professor, antes figura central da transmissão de saberes, passa a ser convocado a atuar como curador, facilitador e orientador de processos formativos mediados por múltiplas linguagens. Como destaca Alves (2007, p. 150), “o docente do século XXI precisa saber navegar em mares digitais, sem perder o rumo da formação humana”. Essa metáfora sintetiza a complexidade do novo papel docente.

Não se trata de dominar todos os recursos tecnológicos disponíveis, mas de compreender suas implicações pedagógicas, éticas e políticas. A formação docente, nesse contexto, precisa ir além do treinamento técnico e incluir reflexões sobre currículo, inclusão digital e cultura de dados. Oliveira (2025; Paula, 2024) enfatiza que o professor preparado para mediar com criticidade os recursos digitais tende a construir vínculos mais sólidos com os estudantes e a estimular aprendizagens mais significativas.

Os projetos escolares que se apropriam das tecnologias como aliadas no processo de ensino-aprendizagem revelam a potência das metodologias ativas, da avaliação formativa e do protagonismo juvenil. Plataformas digitais, jogos, simulações e ambientes colaborativos

tornam-se espaços de produção de conhecimento, desde que estruturados com intencionalidade e planejamento pedagógico claro (Silva et al., 2023; Bertolazzi et al., 2023).

Por outro lado, a simples inserção de tecnologia sem mudança nas práticas pedagógicas tende a reforçar desigualdades, excluir estudantes com menor acesso e replicar modelos instrucionistas. A mediação docente precisa garantir acessibilidade, promover letramentos múltiplos e fortalecer a autonomia dos sujeitos. Isso exige políticas públicas, infraestrutura e, sobretudo, compromisso ético com a transformação educacional.

Reafirmar o protagonismo docente em tempos digitais é reconhecer que a formação crítica, a escuta sensível e a capacidade de mediação continuam sendo pilares da educação. A tecnologia pode ampliar horizontes, mas é a ação pedagógica intencional que dá sentido ao uso das ferramentas. A escola do presente não será digital por acúmulo de recursos, mas pela qualidade das relações que for capaz de construir em um mundo cada vez mais conectado.

2.4 Educação midiática e o letramento crítico digital

A incorporação das tecnologias digitais à rotina escolar não se sustenta apenas na competência instrumental do uso de plataformas e dispositivos; ela exige, sobretudo, uma formação voltada ao letramento crítico digital. Esse conceito pressupõe a capacidade de acessar, interpretar, avaliar e produzir conteúdos digitais de maneira reflexiva e ética, enfrentando os riscos associados à desinformação, à manipulação algorítmica e à superficialidade informacional. Para Alves (2007, p. 151), “a geração digital opera com imagens, fragmentos e fluxos descontínuos, o que impõe à escola o dever de formar leitores críticos de múltiplas linguagens”.

A educação midiática, nesse sentido, torna-se parte inseparável do currículo formativo contemporâneo. Como destacam Silva et al. (2023), não basta inserir vídeos e redes sociais nas aulas sem discutir seus efeitos discursivos, seus mecanismos de persuasão e as estratégias que condicionam o consumo de informação. O letramento digital não se resume à navegação, mas à leitura política e ética do conteúdo que circula. Trata-se, portanto, de uma competência cidadã, vinculada ao direito à informação qualificada e à produção de sentidos próprios.

No contexto escolar, isso exige práticas que incentivem a investigação, a comparação de fontes, a análise crítica da linguagem midiática e a valorização da autoria estudantil. Propostas como oficinas de fake news, projetos interdisciplinares com mídias e rodas de conversa sobre redes sociais têm demonstrado resultados positivos, especialmente quando articuladas a uma

pedagogia dialógica e problematizadora (Oliveira, 2025; Paula, 2024). Nesses espaços, os estudantes não apenas consomem mídia, mas também se tornam produtores conscientes de narrativas.

O desafio está em transformar o consumo passivo de conteúdo em uma experiência ativa de interpretação, autoria e posicionamento ético. Isso demanda da escola o reconhecimento de que a mídia não é exterior à educação, mas um de seus territórios mais decisivos no século XXI. O letramento crítico digital, assim, torna-se uma estratégia para fortalecer a autonomia intelectual e o protagonismo dos estudantes frente à avalanche informacional.

Educar para a leitura crítica da mídia é também educar para a liberdade. Em um cenário onde algoritmos moldam percepções e polarizações corroem o debate público, a escola tem a tarefa urgente de formar sujeitos capazes de argumentar, questionar e construir narrativas próprias com responsabilidade. A cultura digital não pode ser apenas vivida — precisa ser compreendida, discutida e ressignificada no espaço educativo.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa demonstrou que os impactos da geração digital na aprendizagem escolar transcendem o campo da técnica, configurando um conjunto de transformações culturais, cognitivas e pedagógicas que exigem revisão dos pressupostos tradicionais da escola. A geração screenager desafia as formas clássicas de ensino não por rejeição ao saber, mas por operar segundo outras lógicas de atenção, linguagem e interação. Nesse sentido, reconhecer as especificidades desse público implica não apenas adaptar recursos, mas reconstruir as formas de mediação, currículo e convivência escolar à luz da cultura digital.

A análise evidenciou que práticas educativas mais responsivas, mediadas por tecnologias com intencionalidade pedagógica, podem promover aprendizagens mais significativas e relacionais. Para isso, é fundamental investir na formação crítica dos docentes, no fortalecimento da ética digital e na valorização do protagonismo juvenil. A escola precisa assumir a cultura digital como dimensão constitutiva de sua atuação, sem ceder ao tecnicismo, mas também sem ignorar os desafios impostos por essa nova configuração geracional. A superação desse cenário exige compromisso coletivo, escuta ativa e uma pedagogia ancorada no diálogo entre gerações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, L. (2007). Geração digital native, cursos on-line e planejamento: um mosaico de ideias. In *Desenvolvimento Sustentável e Tecnologias da Informação e Comunicação* (Vol. 1, pp. 145-160). Salvador: EDUFBA. Disponível em: <https://www.comunidadesvirtuais.pro.br>

BERTOLAZZI, J. C., Silva, M. V. M. da, Oliveira, R. M. de, Narciso, R., & Crimoni, R. M. (2023). A ciberconvivência dos screenagers. *Revista Ilustração*, 4(2), 53-59. Disponível em: <https://doi.org/10.46550/ilustracao.v4i2.154>

CASTRO Santander, A. (2012). A ciberconvivência dos screenagers. *Meta: Avaliação*, 4(12), 314-322. Disponível em: <https://revistas.cederj.edu.br/index.php/meta/article/view/325/323>

OLIVEIRA, A. S. (2025). Geração screenagers e educação. In *Pesquisas Contemporâneas na Educação Moderna* (Vol. 8, pp. 98-104). MultiAtual. Disponível em: <https://doi.org/10.29327/5529856.1-9>

PAULA, V. S. de (2023). Os screenagers e o uso das tecnologias na educação. *Even3*. Disponível em: <https://doi.org/10.29327/7283023>

SILVA, L. I. da, Carvalho, F. M. da S., & Siva, F. C. da (2023). Ciberconvivência screenagers. *Revista Amor Mundi*, 4(3), 73-81. Disponível em:

<https://doi.org/10.46550/amormundi.v4i3.208>

TIBOLA, A. R. (2023). A escola está preparada para a geração screenagers? *Even3*. Disponível em: <https://doi.org/10.29327/7337940> 2540